

Economia - Brasil

O que a inflação sinaliza

O presidente Fernando Collor de Mello agiu bem ao criticar os empresários que re-marcam preços acima do que combinam durante as reuniões das câmaras setoriais. Essa cobrança, acompanhada da reinstituição do controle do Ministério da Economia sobre os aumentos de preços em 28 grupos de manufaturas, mostra a seriedade com que o governo se empenha na luta contra a inflação.

Também foi muito oportuna a manifestação do ministro Márcio Marques Moreira, para quem o governo fará tudo a seu alcance para debelar a inflação através dos instrumentos da política monetária e fiscal.

Não obstante, é cotidiana a insegurança com que operam os mercados, cujos protagonistas vivem ansiosos ante a ameaça do crescimento eventualmente explosivo da inflação.

O presidente diz que, ainda que a inflação aumente, não haverá novo choque, e aqui está correto, ainda uma vez, ao procurar infundir nos mercados a tranquilidade tão necessária para que não voltemos todos, no fundo, a dar, como nação, um tiro no próprio pé.

Qual o problema, afinal? Aparentemente, uma generalizada falta de credibilidade nos

paralisa, imobiliza e inviabiliza quaisquer esforços para que possamos sair deste extraordinariamente perverso círculo vicioso.

Nas contas do próprio governo, o rombo estimado para o setor público neste ano está dimensionado em torno de 2,5% do PIB. Esse rombo compõe-se por 1,8% nas empresas estatais, 0,5% no déficit da Previdência Social e 0,21% pelo "buraco" de estados e municípios.

Tão simples quanto isso, esse é o motor da inflação, cujo eixo de transmissão para a sociedade é a falta de confiança no futuro da política econômica.

O esporte nacional número um, todos sabem, passou a ser, há muito tempo, criticar o governo; o número dois, o Congresso; o número três, os empresários. Só depois vêm os antigos esportes propriamente ditos, onde aliás o futebol já não desponta com o antigo apreço.

Mas estaremos mesmo todos condenados a viver sob o império das recriminações? Se-

rá isso apenas o que nos resta, como geração e como nação? Teremos, com esses tijolos e cimentos, a condição de fazer não um Brasil melhor mas sequer mesmo um Brasil qualquer?

O caminho do retorno da credibilidade na luta contra a inflação passa efetivamente pela série de reformas — primeiro fiscais, mais para a frente constitucionais — que o Executivo pretende ver aprovadas pelo Congresso Nacional.

A resistência do Congresso às reformas, quando há, deriva não de uma implicância pura e simples, mas sim, quase certamente, do fato de que ele representa a Nação. Representa-a com sua generosidade e mesquinhez, quando inviabiliza demissões de funcionários públicos, por exemplo, ou garante a manutenção de privilégios de um pedaço ou outro da elite brasileira. É nobre quando luta por sua independência do Executivo e às vezes arrogante quando reluta em se compor com ele harmonicamente, como manda a

Constituição — ainda que a recíproca seja verdadeira. E nem falamos no Judiciário, nessa história toda, com sua tradição respeitável de proteção liberal dos interesses econômicos dos cidadãos atingidos pelas iniquidades dos governantes.

Tudo isso, e o que mais se possa imaginar, desse jaez, potenciado, se sintetiza numa taxa que a Nação lança sobre os indivíduos, que é a inflação, e sobre si mesma, quando se inviabiliza, via inflação, como o desaguadouro das esperanças gerais.

O essencial, nisso tudo, é que não percamos a paciência, ainda que o jogo às vezes perca a graça para muitos, particularmente os pobres, muito mais prejudicados por esse processo todo. Resgatá-los da miséria deve ser a tarefa número um, para a qual é essencial que prevaleça o clima de liberdade em que vivemos atualmente, mas com a crescente consciência dos vários protagonistas — que tem de vir, que virá — de que, enquanto houver a ameaça de inflação crescente e sua projeção sombria, a hiperinflação, não teremos paz. Nada poderemos fazer por nós mesmos, e muito menos por nós farão os que de fora tomam partido de nossos desacertos.